

UMA LEITURA DO JURAMENTO DE AFONSO HENRIQUES SOBRE O MILAGRE DE OURIQUE

Fábio S. Santa Cruz – UEG.

Resumo: Antes da batalha de Ourique, em 1139, Jesus Cristo teria feito uma aparição ao nobre guerreiro Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Há até um texto que foi considerado por muito tempo o autêntico juramento do próprio Afonso Henriques acerca da veracidade desta experiência vivida por ele. Uma série de dúvidas pode ser suscitada quanto ao milagre e ao juramento escrito, mas o texto existe, foi divulgado ao longo de séculos e exerceu influência sobre a mentalidade portuguesa. A leitura-análise deste documento, portanto, pode contribuir para uma melhor compreensão das estruturas católicas e monárquicas, entre outras, que caracterizaram Portugal por tantos anos.

Palavras-Chave: Afonso Henriques, juramento, batalha de Ourique, Portugal.

Introdução

O milagre de Ourique é um episódio da história portuguesa, não importa se acreditamos que ele tenha ocorrido realmente ou não. Segundo a tradição, Jesus Cristo se fez ver pelo nobre lusitano Afonso Henriques, que depois seria o primeiro rei de Portugal. Não apenas se fez ver, mas chegou a dialogar com ele. Hoje, para a maioria dos historiadores, o mais importante não é saber se esta tradição se refere a algo verídico ou não. O que interessa mesmo é compreender a existência desta tradição em Portugal, entender os elementos que a formam e perceber que peso estes elementos tiveram sobre a história e a sociedade portuguesa levando-se em consideração diferentes aspectos (religiosos, políticos e culturais, entre outros possíveis).

Há um documento que se refere diretamente ao milagre. Seria um juramento do próprio Afonso Henriques, que relata como ele viveu esta experiência e pôs-se diante do Filho de Deus. Este texto contém elementos importantíssimos, que permearam a tradição acerca do milagre de Ourique. E além de permearem esta tradição, repercutiram por séculos, influenciando a mentalidade coletiva portuguesa por várias gerações. Elementos deste quilate, sem dúvida, têm muito a revelar.

Diz a tradição que o juramento feito pelo rei Afonso Henriques (ou Afonso I) foi registrado por escrito e assinado pelo próprio rei e por grandes nomes do reino, sendo três altos representantes do clero católico e cinco ocupantes de cargos políticos, além do chanceler do rei (chamado, na época, de cancelário d'El Rei). Uma cópia teria sido arquivada no cartório do mosteiro de Alcobaça. Após ter entrado em contato com esta cópia, Pedro de Mariz reproduziu o documento em 1597 na segunda impressão do seu livro *Diálogos de Vária História*. Nos séculos seguintes, foram feitas

outras reproduções, fazendo com que o texto fosse preservado até hoje. O texto que será citado aqui é o que pode ser encontrado em *D. Miguel I. Obra a mais completa e concludente que tem apparecido na Europa sobre a legitimidade e inauferviveis direitos do senhor D. Miguel I. Ao throno de Portugal. Traduzida do original francez*. O autor deste livro é António Ribeiro Saraiva de Moraes Figueiredo. É uma obra rara (1828), mas que pode ser acessada facilmente pela internet, pois está digitalizada e disponível no projeto Internet Archive (vide referências bibliográficas).

No texto, o rei de Portugal narra a experiência sobrenatural pela qual teria passado. É uma experiência dividida claramente em três momentos. Primeiro, Afonso Henriques sonha com um ancião. Depois, o ancião do sonho lhe aparece em pessoa. Por fim, Afonso Henriques tem uma visão do próprio Jesus Cristo, com quem fala diretamente. Tudo isto teria acontecido em 1139, no campo de Ourique, antes de uma batalha entre cristãos e islâmicos. De acordo com os relatos existentes sobre esta batalha, os islâmicos eram muito mais numerosos e os cristãos, após os vencerem, foram tomados de um ânimo tão especial que, ali mesmo, no campo de bataha, promoveram a aclamação de Afonso Henriques como rei de Portugal.

O texto do juramento, então, aborda fatos que normalmente seriam qualificados como louváveis pelos portugueses. Trata-se de uma pessoa que vive uma experiência louvável e, em decorrência desta experiência, realiza um feito também louvável. A pessoa é o nobre e futuro rei Afonso Henriques. A experiência é a aparição do próprio Filho de Deus, que permite a percepção de tudo o que ele representa de bom. O feito é a vitória sobre infiéis que rejeitam o verdadeiro Deus, seu filho e também as suas sagradas virtudes. Em Portugal, por muito tempo, este texto foi encarado deste modo. O juramento, portanto, estaria todo impregnado de bons princípios e atitudes, ou seja, de virtudes. A leitura atenta do texto permite que sejam notadas estas virtudes consideradas justas, salutaras e apropriadas ao longo de séculos. E que virtudes seriam estas?

Catolicismo

Uma virtude era o catolicismo. O documento foi elaborado em contexto de arraigado catolicismo. O ambiente que o relato permite vislumbrar é evidentemente católico. O rei é um católico dos mais devotos, assim como seus auxiliares e seguidores. A guerra que está em curso contra os mouros é movida por ideais católicos. É neste ambiente que Jesus Cristo realiza a sua aparição.

Logo no início do relato, Afonso Henriques diz que faz o juramento tocando com as mãos em uma cruz de metal e nos santos evangelhos. A reverência a estes símbolos cristãos revela uma reverência das mais respeitadas ao próprio catolicismo. Além de fazer esta referência à cruz de metal e aos santos evangelhos, Afonso Henriques também cita explicitamente o bispo de Braga, o bispo de Coimbra e o prior Teotônio, que testemunhavam o juramento. As outras testemunhas são citadas apenas genericamente como “todos os mais vassallos de meu Reino” (FIGUEIREDO, 1828: 116). A referência específica a poderosos nomes do clero católico revela claramente a importância dada à Igreja Católica e aos seus representantes.

Merece ser notada também a reação de Afonso Henriques à chegada do ancião que quer falar-lhe. Avisado de que o velho senhor pede para entrar em sua presença, Afonso Henriques dá a sua permissão com a seguinte frase: “Entre (...) se he Catholico” (FIGUEIREDO, 1828: 117). Ser católico era condição indispensável para ser recebido, naquele contexto, pelo rei. Era mais do que isso: era a qualidade que separava os bons e confiáveis (e, portanto, merecedores de atenção) das almas maléficas, que deviam ser repelidas, principalmente por um rei católico.

O catolicismo, no juramento, é indubitavelmente bom e o rei sentiu isso vivamente. Ao estar diante de Jesus Cristo, Afonso Henriques percebeu que a sua cruz “era de maravilhosa grandeza” (FIGUEIREDO, 1828: 117) e se satisfez com a suavidade do tom de voz que chegou a seus ouvidos. Desfeito o contato com o Redentor, Afonso Henriques sentiu-se cheio de confiança e suavidade. Atributos indispensáveis para um bom rei.

Realeza

Outra virtude era a realeza. O documento deixa claro quais são as qualidades de Afonso Henriques, um nobre que se fez rei. São qualidades de peso e, justamente por terem peso, ajudam a justificar porque Jesus Cristo apareceu diante dele. Ajudam a justificar também a ascensão de Afonso Henriques à realeza.

Uma destas qualidades do rei é a sua ascendência. No juramento, Afonso Henriques chama a si mesmo de “Rei de Portugal, filho do Conde Henrique e neto do grande Rei D. Affonso” (FIGUEIREDO, 1828: 116). A ideia é clara: reis pertencem a linhagens excepcionais. O direito que têm à realeza está relacionado com a premissa jurídica da herança. Mas não é apenas isso. Reis recebem e transmitem, hereditariamente, todas as habilidades especiais que fazem um nobre merecedor de sua coroa.

Afonso Henriques, no texto, possuía uma habilidade pouco comum para a sua época: a habilidade de ler. Poucas pessoas sabiam ler no século XII (os que sabiam eram, em sua maioria, membros do clero). Os nobres se destacavam por suas habilidades guerreiras, não por seus conhecimentos literários, e entre os que não sabiam ler, muitos não tinham sequer razões para se envergonhar desta sua incapacidade. Afonso Henriques, porém, sabia ler e isso lhe rendia um grau ainda maior de admiração. Além de ser um grande comandante militar, era um homem culto. Aliava o braço forte de guerreiro a uma mente sábia e perspicaz. No juramento, Afonso Henriques diz que leu, no Antigo Testamento, sobre “a victoria de Gedeão” (FIGUEIREDO, 1828: 116). Depois dessa leitura, adormeceu e teve o sonho com o ancião que mais tarde lhe apareceria pessoalmente. Ao revelar que, mesmo em um acampamento militar, o rei havia lido a Bíblia, o juramento aumentava a certeza de que aquele era um rei fiel às verdades cristãs.

Realeza e fé cristã, na Idade Média ocidental, eram inseparáveis. E esta era um outra qualidade de Afonso Henriques que recebe ênfase no juramento. O primeiro rei português era um homem de fé. Muita fé. E ele próprio chega a falar disso em seu diálogo com Jesus Cristo:

A que fim me apparecis, Senhor? Quereis por ventura acrescentar fé a quem tem tanta? Melhor he por certo que vos vejão os inimigos, e creião em vós, que eu, que desde a fonte do Baptismo vos conheci por Deos verdadeiro, Filho da Virgem, e do Padre Eterno, e assim vos conheço agora. (FIGUEIREDO, 1828: 117)

Alguns poderiam pensar que ninguém deveria ousar dizer a Jesus Cristo o que seria melhor fazer ou deixar de fazer. Seria o caso de Afonso Henriques receber uma admoestação divina. Não foi isso, porém, o que aconteceu. Em resposta, Jesus Cristo concordou com Afonso Henriques e revelou que estava diante dele para apoiá-lo ainda mais em sua missão:

Não te appareci deste modo para accreentar tua fé, mas para fortalecer teu coração neste conflicto, e fundar os principios de teu Reino sobre pedra firme. (FIGUEIREDO, 1828: 118)

Ditas estas palavras, seria impossível negar que Afonso Henriques era um homem merecidamente dotado das melhores qualidades da realeza. O próprio Filho de Deus declarou que aquele nobre deveria ser soberano de um reino e que este reino deveria ser fundado sobre pedra firme. Uma realeza abençoada assim não poderia ser contestada.

Guerra Justa

Mover guerra contra os infiéis também era uma virtude. A princípio, os ideais cristãos de amor ao próximo e fraternidade universal poderiam ser considerados contrários a todo e qualquer tipo de guerra. No juramento, porém, é possível perceber claramente que não é essa a interpretação que prevalece. Para que a fé cristã pudesse se expandir pelo mundo e salvar cada vez mais almas, os seus inimigos precisavam ser derrotados e a guerra era uma forma legítima de derrotá-los.

Assim explica-se que Jesus Cristo tenha aparecido a um guerreiro, como era Afonso Henriques. E que essa aparição tenha se dado em um acampamento militar. Ali, todos falavam e pensavam em guerra. Afonso Henriques, no juramento, diz claramente que estava “nas terras de Alentejo no Campo de Ourique para dar batalha a Ismael, e outros quatro Reis Mouros” (FIGUEIREDO, 1828: 116). Apesar de toda a fúria e belicosidade que impregnava o local, aquele não era um ambiente amaldiçoado e foi nele que Jesus Cristo fez a sua aparição.

Afonso Henriques afirmou que o próprio Jesus Cristo lhe disse ser “o fundador, e destruidor dos Reinos, e Impérios” (FIGUEIREDO, 1828: 118). Não seria difícil concluir que seus fiéis servos também poderiam destruir reis e reinos inimigos em seu nome. Jesus Cristo disse mais. E as palavras que dirigiu a Afonso Henriques o encorajavam a guerrear, além de lhe darem absolvição prévia de qualquer sangue que tivesse nas mãos em decorrência destas guerras:

Confia, Affonso, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as outras, em que pelejares contra os inimigos da minha Cruz.(FIGUEIREDO, 1828: 118)

Estava entre as obrigações de um bom católico opôr-se tenazmente aos inimigos da fé cristã. Um bom rei católico deveria pôr seu reino contra estes infiéis e pôr seus súditos em guerra contra todos eles. É isso o que fica absolutamente claro no texto do juramento.

Benfeitor do Povo

Para ser um bom rei, era preciso ser bondoso e justo com o seu povo. Esta era outra virtude revelada pelo juramento. A realeza de Afonso Henriques lhe conferia dignidade única, lhe tornava superior, mas não devia distanciá-lo de seus súditos e fazê-lo esquecer das agruras que estes mesmos súditos enfrentavam cotidianamente. Esperava-se dos reis que praticassem a caridade e

protegessem os mais pobres das injustiças, da miséria e de outros tantos males. Por toda a Europa, foram muitos os monges que tornaram-se extremamente admirados ao praticarem a humilde. Quando fosse oportuno, era de bom tom que os reis fizessem o mesmo. Afonso Henriques, no juramento, age assim e até chama a si mesmo de “miserável peccador” (FIGUEIREDO, 1828: 116) que viu Jesus Cristo com “olhos indignos” (FIGUEIREDO, 1828: 116).

Antes da aparição de Jesus Cristo, Afonso Henriques foi avisado pelo ancião que deveria sair do acampamento militar desacompanhado de qualquer criadagem. Foi assim que ele viu o Filho de Deus. Era preciso ser humilde e estar desprovido de qualquer poder, privilégio ou distinção social para vivenciar o milagre. O simbolismo desta atitude é evidente. E não foi apenas a criadagem que Afonso Henriques dispensou naquela hora. Diante da visão milagrosa, ele pôs de lado a espada, o escudo, roupas e calçados. Caiu ao chão e chorou. Sem paramentos, sem criados, aos prantos, estava nas mesmas condições de seus súditos mais humildes e pobres. Não havia melhor oportunidade para entender os sofrimentos de seu povo e irmanar-se a ele. Ainda aos prantos, Afonso Henriques pediu a Jesus Cristo que consolasse os seus vassalos.

Depois, pediu mais. Suplicou para que fossem protegidos os seus sucessores e também a “gente Portuguesa” (FIGUEIREDO, 1828: 118), ou seja, saiu em defesa de seus familiares e de seu povo, pondo-os no mesmo patamar de preocupação. Não se referiu aos nobres ou ao clero. E enfatizou:

E se acontecer que tenhais contra ella [a gente portuguesa] algum castigo aparelhado, executai-o antes em mim, e em meus decedentes, e livrai este Povo, que amo como unico filho. (FIGUEIREDO, 1828: 118)

É assim, oferecendo-se em sacrifício por seu povo, que deveria agir qualquer rei virtuoso. Está claríssima a ideia que emana do juramento. Eis aí uma ideia que destoa bastante de uma imagem comumente associada à Idade Média, que é a imagem de uma sociedade ferreamente hierarquizada e, em consequência, regida por um monarca que estava quase totalmente distanciado de seus súditos e desinteressado de seus problemas.

Dinastia e Reino

Não podia restar dúvidas, então, de que o reino de Portugal e a dinastia do seu primeiro rei era louvável e virtuosa. O próprio Jesus Cristo disse que aquele era um reino fundado sobre “pedra

firme” (FIGUEIREDO, 1828: 118). Disse também a Afonso Henriques que queria um Império para si e que este Império seria o de Portugal. Propagar o cristianismo seria a grande missão deste Império:

(...) quero em ti, e teus decendentes fundar para mim hum Imperio, por cujo meio seja meu nome publicado entre as Nações mais estranhas. (FIGUEIREDO, 1828: 118)

O próprio Jesus Cristo deu ordens para a confecção do escudo real português. O escudo deveria fazer referência aos trinta dinheiros usados para pagar a traição de Judas. O símbolo passou por mudanças ao longo dos séculos, mas está presente até hoje na bandeira de Portugal e contém os besantes de prata que fazem alusão àqueles trinta dinheiros.

Como era assim que Jesus Cristo queria, Afonso Henriques o obedece e ordena que seus sucessores preservem este escudo. Ao dar esta ordem, ele está também, logicamente, declarando que haverá sucessores seus no trono de Portugal (ou seja, está fundando a sua dinastia). E a funda de acordo com o que lhe ordenara o próprio Jesus. Era, portanto, uma dinastia que já surgia sob as bênçãos divinas. Qualquer um que afrontasse o escudo real português estaria afrontando a dinastia que, pelas ordens de Afonso Henriques, deveria defender e preservar este símbolo. Quem praticasse tal afronta merecia ser amaldiçoado e é o que o fundador da dinastia faz no juramento:

E se alguém intentar o contrario, seja maldito do Senhor, e atormentado no Inferno com Judas o tedor [sic]”. (FIGUEIREDO, 1828: 119)

Impossível, à vista do juramento, contestar a legitimidade do reino de Portugal e da dinastia afonsina (que existiu até 1383). Afinal, tanto o reino quanto a dinastia haviam sido ungidos pela boa vontade divina, como estava evidente no milagre de Ourique. Esta é outra ideia que se pode notar claramente no registro escrito que o rei Afonso Henriques teria produzido acerca deste milagre.

Conclusão

O juramento transmitiu uma mensagem a Portugal e ao mundo. E é possível notar que, nesta mensagem, está presente a defesa de dois grandes ideais: o catolicismo e a monarquia portuguesa. Derivam destes dois ideais outros elementos (que foram, em parte, abordados neste artigo). A mensagem ecoou e, de diversas formas, seus elementos se fizeram ouvir e sentir. Foi assim que o juramento de Afonso Henriques sobre o milagre de Ourique teve impacto sobre a sociedade

portuguesa. E, certamente, não foi um impacto desprezível ou pequeno (tanto é que inspirou tantos debates e os inspira até hoje). Para profissionais dos estudos históricos, documentos assim são especiais e importantíssimos.

O juramento do milagre de Ourique foi produzido e assinado realmente por Afonso Henriques? Muito provavelmente, não. Não se conhecem relatos da época do próprio Afonso Henriques sobre o milagre. Além disso, o ocorrido em Ourique é consideravelmente semelhante à visão que o imperador romano Constantino teve em 312, antes da batalha de Ponte Múlvia. Esta semelhança provocou muitas suspeitas.

A cópia do juramento escrito que Pedro de Mariz encontrou no cartório do mosteiro de Alcobaça ainda existe, está disponível em formato digital e pode ser acessada pela internet no Portal de Pesquisa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). É importante destacar que trata-se de uma cópia (ou de uma suposta cópia), não de um documento original.

Ao longo dos séculos, um conjunto de relatos foi produzido sobre a batalha de Ourique e cada autor incluía em seu texto o que lhe parecia mais apropriado. Até o fim do século XIV, havia apenas referências orais ao milagre antes da batalha. O Livro dos Arautos (de 1416) e a Crônica de Fernão Lopes (de 1419) consolidaram a tradição (ou lenda) da aparição de Jesus Cristo. Consolidar esta tradição no século XV foi muito importante para valorizar a monarquia portuguesa instituída por Afonso Henriques, justificar a independência de Portugal perante a Espanha e estimular o patriotismo luso por todo o reino. Posteriormente, surgirá a crítica a esta tradição. Alexandre Herculano, um dos maiores historiadores de Portugal, foi um dos que fizeram esta crítica. Ele travou intenso debate, no século XIX, com parte do clero católico português, que insistia na veracidade do milagre.

De qualquer modo, o texto do juramento e a tradição que ele sustentou tiveram influência sobre a mentalidade portuguesa e ajudaram a moldar a sua sociedade (coadjuvando ao longo do tempo com uma série de outros textos e tradições, é claro). Esta é uma premissa deste artigo. Ao se debruçar sobre o juramento, é possível fazer uma leitura-análise com viés teológico ou paleográfico. O viés adotado por este artigo foi outro. Foi o viés histórico, pelo qual se buscou um maior entendimento sobre os grandes pilares que, por tanto tempo, sustentaram Portugal. Em especial, dois destes grandes pilares: o religioso (católico) e o político (monárquico).

REFERENCIAS

FIGUEIREDO, António Ribeiro Saraiva de Moraes. *D. Miguel I. Obra a mais completa e concludente que tem apparecido na Europa sobre a legitimidade e inaufereveis direitos do senhor D. Miguel I. Ao throno de Portugal. Traduzida do original francez.* Lisboa: Impressão Régia, 1828.

(disponível em <http://archive.org/details/dmigueliobramais00borduoft>)

SARAIVA, José Hermano. *Pequena história das grandes nações: Portugal.* São Paulo: Círculo do Livro, 1979.